



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
REITORIA**

Coordenação de Compras e Licitações/PROAD
Rua Esmeralda, 430 – Faixa Nova – Camobi – CEP 97110-767 – Santa Maria/RS
Fone/Fax: (55) 3218 9813 / E-mail: ccl@iffarroupilha.edu.br

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL APRESENTADA PELA EMPRESA
VALID SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM MEIOS DE PAGAMENTO E
IDENTIFICAÇÃO S.A**

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2017 / PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23243.000626/2017-15
ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL APRESENTADA EM 16/08/2017.

Conforme item 24.1. “Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital”. Portanto, tempestiva a IMPUGNAÇÃO apresentada.

Ressalto que as razões de IMPUGNAÇÃO da referida empresa encontram-se em anexo.

Neste sentido, segue a resposta à IMPUGNAÇÃO:

- A) a suspensão da licitação e a edição do Edital do Pregão SPR nº 03/2017 (processo administrativo nº 23243.000626/2017-15) e;
- B) a licitação dos itens isolados com a alteração da modalidade de proposta por item e não por grupo, para adequação Registro de Preços, (b2) ou o agrupamento adequado dos itens licitados, conforme a conexão de seus objetos e não agrupados por campus ou ainda (b3) a formação de um grupo isolado e único para a cotação dos impressos de segurança em papel moeda com atalho doce (diploma) e ainda;
- C) Adequação do Termo de Referencia Anexo I com informações claras, definidas e objetivas que permitam a identificação precisa do objeto e das condições de execução contratual.

1 -Da apreciação da impugnação:

Dada a tempestividade da impugnação, analisando as razões apresentadas pela impugnante, passa ao mérito.

De pronto, é importante destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Desta forma a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

Pela leitura dos termos convocatórios, pode-se concluir que a Administração do Instituto Federal Farroupilha, por intermédio do Pregoeiro, buscou confeccionar um edital com base no processo elaborado pela coordenação de compras e licitações, o qual definiu de maneira precisa o que realmente contempla o interesse público e de conformidade com os ditames legais, buscando a proposta mais vantajosa e evitando a redução do universo de participantes do procedimento licitatório, preservado portanto, o referido interesse público.

Portanto, a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são eminentemente discricionárias, a qual compete ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a aquisição.

A rigor, o agrupamento de vários itens num mesmo lote não compromete a competitividade do certame, desde que várias empresas, que atuam no mercado, apresentem condições e aptidão para cotar

todos os itens, principalmente levando-se em consideração a modalidade adotada, em que os recursos de tecnologia de informação têm como principal vantagem, aproximar pessoas, encurtar distâncias, resultando em considerável ampliação da competitividade, gerando, conseqüentemente, inúmeras repercussões positivas num processo de licitação pública, dentre estas, a de aumentar a probabilidade de a Administração Pública firmar contrato mais vantajoso, haja vista que ela recebe mais propostas, beneficiando a eficiência em contratos administrativos.

Na licitação ora em comento, a Administração optou por realizar a licitação de serviços gráficos por lotes por participantes e também por itens. O Instituto Federal Farroupilha, com essa decisão justificada pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da produção, impossibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência, dificuldade na execução do contrato e acompanhamento dos serviços e aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário.

A própria Lei Federal n.º 8.666/93 garante a possibilidade de utilizar o menor valor global como critério, nos seguintes termos:

“Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

(...)

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48”. (Grifo nosso)

Corroborando o entendimento supramencionado, em julgado recente, o Tribunal de Contas da União decidiu pelo indeferimento de pedido divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único item, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.167/2012 – TC 000.431/2012-5 – TCU – Plenário – Relator: José Jorge).

Essa mesma Corte se pronunciou ainda através do Acórdão n.º 732/2008, no seguinte sentido:

“... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto”.

Dessa forma, verifica-se que o entendimento do Tribunal de Contas tem sido o de que a divisão do objeto em itens distintos deve ser auferida sempre no caso concreto, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não haja restrição à competitividade.

Dessa forma, verifica-se que o entendimento do Tribunal de Contas tem sido o de que a divisão do objeto em itens distintos deve ser auferida sempre no caso concreto, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não haja restrição à competitividade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
REITORIA

Coordenação de Compras e Licitações/PROAD
Rua Esmeralda, 430 – Faixa Nova – Camobi – CEP 97110-767 – Santa Maria/RS
Fone/Fax: (55) 3218 9813 / E-mail: ccl@iffarroupilha.edu.br

Assim, é que, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração optou-se por adotar um critério de julgamento e divisão dos lotes que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas.

Deste modo, os motivos teóricos levantados pela impugnante, que indicariam a divisão do objeto da licitação em itens, passando o critério de julgamento para menor preço por item, não se aplicam ao presente caso, conforme acima demonstrado.

No que se refere aplicação da formação de grupo isolado e único para cotação dos impressos de segurança em papel moeda com atalho doce (diplomas), entendemos que devido a característica do objeto este item não fará mais parte de um grupo e será lançado como item.

Quanto aos itens 15, 51, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 88, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 117, 144, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 172, 186, 211, 230, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 254, 278, 322, 323, 324, 325, 326, 342, 371, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 397, 405, 410, 413, 424, 425, 426, 427, 428 que constam no pregão conforme Despacho nº 79/2017/CONS?PFIFFARROUPILHA/PGF/AGU seriam anulados no ato da realização do pregão.

Ante as considerações apresentadas, analisando as razões da impugnante, manifesta-se no sentido de dar conhecimento a impugnação, tendo em vista a sua tempestividade, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, conforme análise, ressaltando que o processo Licitatório encontra-se suspenso.

Desta forma opino pela retirada dos grupos do item **impressos de segurança em papel moeda com atalho doce (diplomas)**, ficando este somente como item, mantendo os demais na formação dos grupos, e que os itens elencados acima, conforme orientação da Procuradoria Federal, serão excluídos do processo licitatório.

Ao final, cumpre esclarecer que a análise aqui consignada ateu-se às condições exigidas no Instrumento Convocatório.

2 – Da decisão:

Diante do exposto, decido ser PROCEDENTE a impugnação, apresentada pela empresa VALID SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM MEIOS DE PAGAMENTO E IDENTIFICAÇÃO S.A, devendo ser alterado o termo de referencia do Edital do Pregão Eletrônico 03/2017.

Tendo em vista o ACOLHIMENTO DA IMPUGNAÇÃO, será designada nova data para a realização do pregão, a qual estará publicada no site www.comprasgovernamentais.gov.br e www.iffarroupilha.edu.br.


Rosane Arend
Pregoeira

Santa Maria – RS 15 de Agosto de 2017.

